

Universidade Federal de Pernambuco



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
LETRAS E LINGÜÍSTICA / UFPE

**Reitor**

Prof. Mozart Neves Ramos

**Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**

Prof. Doris de Arruda Carneiro da Cunha

**Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**

Profª Judith Chambliss Hoffnagel

**Editora**

Profª. Judith Chambliss Hoffnagel

**Conselho Editorial**

Doris de Arruda Carneiro da Cunha (UFPE)

Judith Chambliss Hoffnagel (UFPE)

Nelly Carvalho (UFPE)

Francisco Cardoso Gomes de Matos (UFPE)

Luzilá Gonçalves Ferreira (UFPE)

Luiz Antônio Marcuschi (UFPE)

Sébastien Joachim (UFPE)

Maria da Piedade Moreira de Sá (UFPE)

Mariãia Viana (UNICAP)

Ataliba T. de Castilho (USP)

Ingedore T. Koch (UFGO)

José Fernandes (UFGO)

Regina Zilberman (PUC-RS)

Angela Paiva Dionísio (UFPE)

Roland Mike Walter (UFPE)

# Investigações

## Linguística e Teoria Literária

**Editoração Eletrônica:** João Everaldo de Araújo

*Investigações, Linguística e Teoria Literária*, ISSN 0104-1320

Vol. 16, número 2, Junho de 2003 - Número publicado em julho de 2004

Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Comunicação, 1º Andar. 50570-901

- Recife- PE. Telefone (081) 2126-8312 e-mail [investigacoes@uol.com.br](mailto:investigacoes@uol.com.br)

Vol. 16, N°02, 2003

ISSN 0104-1320

# Formas Sociais como Habitats para Ação\*

Charles Bazerman  
University of California, Santa Barbara

**ABSTRACT:** *This article shows how identifying genre historically takes the concept of genre from an essential fact residing in texts to a social fact. A review of genre studies in several fields suggests that genre is a constitutive mechanism in the formation, maintenance and enactment of society, culture, psychology, imagination, consciousness, personality, and knowledge, interactive with all the other processes which shape our lives.*

**Key Words:** *genre, genre studies, social fact.*

**RESUMO:** O artigo mostra como a identificação de gênero historicamente conduz o conceito de gênero de um fato essencial que reside nos textos a um fato social. Uma revisão de estudos de gênero em vários campos sugere que gênero seja um mecanismo constitutivo na formação, manutenção e realização da sociedade, da cultura, da psicologia, da imaginação, da consciência, da personalidade e do conhecimento, interativo com todos os outros processos que formam nossas vidas.

**Palavras-Chave:** gênero textual, estudos de gênero, fato social.

O conceito de gênero, tipo de texto, ou espécies literárias tem sido um permanente quebra-cabeça para os estudos literários.<sup>1</sup> Como leitores, críticos, historiadores, professores e escritores, precisamos, com frequência, caracterizar a sorte de texto com que trabalhamos. Como leitores, usamos o gênero para demarcar o tipo de mundo em que estamos entrando em cadatexto; para identificar os tipos de atividades simbólicas, emocionais, intelectuais, críticas e outras atividades mentais evocadas; para reconhecer os tipos de jogos em ação aos quais precisamos ficar atentos. Como críticos

---

\* Uma versão deste ensaio foi apresentada no encontro de 1994 da Modern Language Association. Para os comentários e conversações durante o desenvolvimento deste ensaio gostaria agradecer John Gumperz, Ralph Cohen, Michael Prince, Carol Berkenkotter, David Russell, Valerie Jephson, Gregory Gounsilin, Patrick Sharp, Bem Boyar, e Bill Murdoch.

Texto traduzido por Judith C. Hoffnagel. Revisão: Ângela Paiva Dionísio e Luiz Antônio Marcuschi.

<sup>1</sup> Hernadi (1972) fornece uma visão compreensiva da teoria do gênero no século XX. Veja-se também Dubrow (1982), Fowler (1982), Strelka (1978). Para uma bibliografia mais recente da crítica do gênero literário, veja-se Beebe (1994).

e historiadores, atribuímos explicitamente gênero para categorizar séries de textos como similares e para mapear as mudanças na prática literária. Dependemos implicitamente de gênero na nossa invocação dos procedimentos interpretativos e avaliativos que consideramos apropriados a cada texto, segundo seu tipo. Como pedagogos, usamos o conceito de gênero para organizar cursos e ensinar alunos. Como escritores, usamos nosso senso de gênero para focalizar nossos esforços, para localizar e mostrar recursos típicos e apropriados ao gênero, para reconhecer o estilo e o decoro apropriados, para fornecer enquadres para formas difusas e outros tipos de ruptura. Como leitores e escritores, frequentemente sentimos a necessidade de nos rebelar contra as aparentes restrições conservadoras do gênero sobre a criatividade, a novidade, a imaginação e o realinhamento sócio-político.<sup>2</sup> Como críticos e professores, achamos importante apontar para como os textos realizam mais do que as tipicidades de gênero poderiam sugerir.

Mesmo assim, apesar de todo nosso interesse em localizar e em transcender gênero, nunca conseguimos chegar a taxonomias estáveis (além do “conhecimento do senso-comum”) ou a uma definição de qualquer gênero

<sup>2</sup> Os mais proeminentes das chamadas recentes para a ruptura de gênero estão em “The Law of Genre” de Jacques Derrida (1980), “Blurred Genres” de Clifford Geertz (1983). Chamadas para rupturas de gênero são historicamente recorrentes, acompanhando momentos de mudança genérica, quando formas de comunicação anteriores não parecem ser ainda adequadas às novas situações e aos novos propósitos. Enquanto tais chamadas, normalmente, são postas explicitamente como rejeições das restrições de gênero em geral e as falhas de gêneros particulares associados com um regime anterior, elas podem frequentemente ser lidas para prever os traços de um novo regime que os críticos estão tentando alcançar. Isto é, elas podem ser vistas não somente como uma queixa e uma fuga, mas como uma definição implícita de uma nova direção para as transações discursivas. Gregory Gonsoulin me chamou a atenção para um caso interessante neste ponto—a rejeição explícita dos gêneros literários tradicionais chineses pelos reformadores culturais e políticos no início do século vinte, conhecidos coletivamente como o Movimento de 4 de Maio (denominados por uma revolta de 1919), com a intenção de derrubar a tradição confuciana e promover a abertura para influências ocidentais. Eles perceberam os gêneros tradicionais como profundamente ligados à corte e às práticas educacionais que queriam derrubar. Eles alegaram, abertamente, a rejeição de gênero, mas implicitamente, se moveram em direção à imitação dos gêneros ficcionais ocidentais, particularmente o da transformação russa, para refletir os novos valores e as novas relações sociais que esperavam estabelecer como parte de uma nova ordem política (Goldman 1977). Birch (1974) contém um número de ensaios que tentam categorizar esses gêneros tradicionais com algumas de suas implicações políticas e culturais.

Frederic Jameson (1981), em “Magical Narratives: on the Dialectical Use of Genre Criticism”, no livro *The Political Unconscious*, aponta para os significados ideológicos capturados em formas genéricas e para as tensões desempenhadas por cada uso particular de gênero, onde a situação política e social nunca é uniforme ou sem fragmentação.

que satisfaça mais do que umas poucas pessoas por pouco tempo, e as tentativas de fazer taxonomias, muito menos usá-las para avaliar e reforçar padrões críticos, são associadas, inevitavelmente, com o formalismo redutivo. A criação de cada autor de um texto num gênero identificável é tão individual em suas características que gênero não parece fornecer meios adequados e fixos para descrever a realização individual de cada texto sem empobrecimento. Tentativas de reforçar a uniformidade de gênero têm sido vistas sempre como restrições à criatividade e à expressão. O reconhecimento de cada leitor dos recursos especiais e pessoais num texto também parece fazer da formação de gênero, no máximo, um guia trivial para a interpretação. O que está envolvido em qualquer designação de gênero, então, parece mudar de texto em texto, ao ponto em que não há um conhecimento certo, histórico e culturalmente estável que possamos ganhar de uma designação de gênero. Conseqüentemente, as caracterizações gerais que podemos fazer na base das categorias tão frouxas que o gênero fornece, não parecem ser muito úteis para atos individuais de leitura e escrita (a não ser sob condições procustianas de execução coerciva).

Este dilema levou vários teóricos, em anos recentes, a enfatizar uma explicação sócio-histórica de gênero como uma série de categorias, culturalmente salientes e sempre em mudança, que moldam os espaços da atividade literária em qualquer época e lugar.<sup>3</sup> Os gêneros são o que as pessoas reconhecem como gêneros em qualquer momento do tempo. Podem reconhecer os gêneros por nomeação, institucionalização e regularização explícitas, através de várias formas de sanção social e de recompensa. Ou ainda as pessoas podem reconhecer gênero através da organização implícita de práticas dentro de formas padronizadas de interação letrada. Ralph Cohen (1986) já levantou esse argumento de forma mais completa e direta, como também o fez Todorov (1990) se baseando em Bakhtin (1986).<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Um dos primeiros lugares desta historicização de gênero foi nos estudos da Renascença, em parte, como Colie (1973) já apontou, porque a tradição clássica foi transmitida às culturas renascentistas dentro de categorias de gêneros distintas que então explicitamente enquadraram e regularizaram as práticas literárias do período. Veja-se também Lewalski (1986).

<sup>4</sup> Bakhtin, como teórico do gênero, embora frequentemente servindo como a inspiração para o recente revigoramento do gênero, parece ser um Bakhtin diferente para seus leitores literários e não-literários. Estudiosos não-literários nas ciências sociais são mais propensos a se valerem do ensaio “Os gêneros do discurso”, enquanto os estudiosos e teóricos literários são mais propensos a se valerem dos ensaios sobre a história do romance, tais como aqueles publicados em *A Imaginação Dialógica* (1986). Os cientistas sociais, ao lerem o ensaio, “Os gêneros do discurso”, separado do resto da obra de Bakhtin, se apressam em atribuir à teoria de gênero de Bakhtin, uma forte orientação à ação social, baseada em especulações preliminares naquele ensaio. A substância de sua teoria se origina nas suas

## GÊNERO COMO FATO SOCIAL

Identificar gênero historicamente leva o conceito de gênero de um fato essencial que reside nos textos a um fato social, real na medida que as pessoas o tomam como real e na medida que essa realidade sócio-psicológica influi na sua compreensão e comportamento, dentro da situação como elas a percebem. Assim, na formulação clássica do sociólogo, W.I. Thomas (1928:572), se as pessoas “definem situações como reais, elas são reais nas suas conseqüências.”

O movimento de gênero para o domínio do fato social em si tem conseqüências para nossa compreensão de gênero, porque isto torna possível a invocação de trabalhos em psicologia, sociologia e antropologia sobre a tipificação social, cultural e psicológica. Além disso, agora entramos numa consideração interdisciplinar da interação entre categorias recebidas culturalmente e criadas nos processos sociais, e categorias pessoalmente salientes que surgem em atividades psicológicas. Este é um movimento particularmente proveitoso no momento atual porque questões de práticas sociais tipificadas e gênero têm sido de grande interesse nas ciências sociais em anos recentes, enquanto estas têm lutado para compreender como maiores padrões de relações e cognição socialmente distribuídos são possíveis dentro das minutas interações negociadas locais que estas ciências estão observando. Além do mais, a retórica e a lingüística aplicada desenvolveram, recentemente, modos de pensar gênero que recorrem às ciências sociais

---

contemplações sobre os gêneros literários. Nos estudos de gêneros literários, Bakhtin se acha mais interessado nos gêneros literários como formas de consciência, expressando a atitude do autor para com indivíduos e coletividades e, desta forma, expressando sua aceitação ou distanciamento da consciência dos outros. Ele vê a história dos gêneros como a história de consciência, com certos gêneros, como o romance dostoiévskiano ou o *Bildungsroman* sendo mais altamente valorizado como representativa de estados de consciência mais avançados e socialmente cômicos. Uma vez que sua visão de gênero foi desenvolvida principalmente através de sua contemplação de romances, ele também vê os gêneros não-literários em termos novelescos, como favorecendo o reconhecimento dos enunciados do outro, a compreensão mútua e a harmonia. Estes gêneros primários cotidianos de comunicação pessoal são transformados no que ele chama de gêneros secundários (tais como romances) que se agregam aos e encaixam nos gêneros primários, criando uma consciência heteroglôssica mais alta. Ele é apenas minimamente consciente das ações sociais além da comunicação da percepção, dos sentimentos ou da condição de alguém. Motivado por uma estética moral, ele desenvolve uma teoria rica que nos diz muito acerca da consciência, da intersubjetividade, das relações entre as representações cotidianas do Eu e as representações mais elaboradas da consciência social. Mas a compreensão de gênero de Bakhtin fornece apenas dicas mínimas para descrever o alcance, a história e os mecanismos da interação social.

para examinar os tipos de textos que as pessoas produzem para realizar os vários trabalhos do mundo, como estes textos circulam e são respondidos, e o que faz tais textos terem sucesso na realização de seu trabalho. A interação entre a produção individual em circunstâncias locais e padrões mais amplos de práticas sociais que têm a aparência de sistemas continua sendo um problema muito vivo e conseqüente para alunos que estão aprendendo ações de letramento críticas, mas localizadas.

Em todas estas áreas, uma preocupação com a compreensão da construção social do conhecimento, da cultura, da sociedade, do estado e da vida cotidiana tem levado à procura dos mecanismos pelos quais criamos alguma ordem e compreensibilidade em nossas relações uns com os outros. Sem tais mecanismos, uma posição sócio-construtivista poderia facilmente nos levar a perceber a vida como completamente imprevisível, *ad-hoc*, sempre e eternamente local e única.

Embora este problema seja familiar aos estudos literários na bem conhecida tensão entre a individualidade e a tradição, para as ciências humanas, os problemas têm ganhado uma força que até recentemente era desconhecida dos estudos culturais. Até recentemente, dentro dos estudos literários e culturais, a tensão entre tradição e individualidade foi vista em grande parte como um problema de autodefinição para o artista individual ou para a nação ou a comunidade recém-emergente em vez de um problema fundamental para a manutenção de um sistema cultural. O sistema cultural foi tido como dado, como uma herança que fez a diferenciação individual possível. Apesar da contradição do artista, pelo menos desde a época dos gregos, as artes, sendo vistas tanto como o transmissor da herança cultural quanto como o boêmio não-convencional, rompedor, criativo e dionisíaco, têm sido questionadas apenas por aqueles fora das artes que desejaram controlar a cultura para a manutenção da ordem social ou para a promoção de certos valores culturais particulares. Contudo, a recente atenção dada, nos estudos literários e culturais, às maneiras como as artes produzem tipos culturais que excluem, oprimem, diferenciam e perseguem vantagens tem colocado uma carga nas artes como sendo um centro cultural conservador e hierárquico da ordem social e política. Como resultado, formas culturais e tradições se tornam não somente locais para a luta individual com respeito à realização individual, mas alvos para a crítica e para uma larga rejeição a fim de refazer a cultura em termos mais equitativos. A rejeição contemporânea de gênero é parte deste movimento de desnaturalizar as formas da ordem social, dizendo que estas não mais são as formas e as regras pelas quais devemos viver. Nesta rejeição do sistema cultural como sistema, contudo, os estudos literários e culturais acham-se com o mesmo

dilema das outras ciências humanas, sem uma ordem social autorizada ou autorizável dentro da qual se pode localizar a ação individual. Os estudos literários e culturais, justamente como as outras ciências humanas, precisam encontrar mecanismos que fazem o local possível, que nos ajudam a identificar o espaço cultural dentro do qual operamos, em um dado momento histórico.

A visão do dilema cultural corrente como o mesmo que acossa várias áreas das ciências humanas traz consigo duas ampliações de perspectivas. Primeiramente, convida-nos a considerar seriamente as maneiras em que o conceito de gênero (como também outros conceitos da construção sócio-cultural emprestados das áreas humanas) é reinterpretado e expandido por antropólogos, sociólogos, lingüistas e outros. Em segundo lugar, convida-nos a ver os tipos de textos e objetos culturais tipicamente estudados ao lado dos tipos de textos e objetos culturais tipicamente estudados por outros campos nas ciências humanas. Esta inserção da literatura e das outras artes dentro da grande ordem de objetos culturalmente produzidos reconhece que outros textos e outros objetos são de valor cultural; e os tornam disponíveis para as formas de interpretação literária e cultural (um passo já dado pelos novos historicistas e por outros analistas dos estudos culturais). Mais radicalmente, este passo abre os textos literários e outros objetos culturais para outros tipos de questionamento e investigação postos pelos outros campos de estudo. Assim, ao olhar como outros campos de estudo têm usado gênero, podemos começar a ver os textos literários sob novas luzes.

## GÊNERO DENTRO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A antropologia, ao coletar descrições de diversidade não somente entre culturas, mas entre as participações individuais dentro de culturas e ao não mais confiar nas explicações estruturais que reificam as noções do outro e ocultam a agência dentro do costume exótico, vem olhando mais as interações discursivas concretas das quais as práticas culturais emergem. John Gumperz (1992; 1995), um antropólogo-lingüista, ao estudar casos de má compreensão transcultural, descobriu que na interação falada, sinalizamos, uns para os outros como devemos nos orientar para a situação, quais as pressuposições e os entendimentos que devemos invocar e como devemos entender as palavras que são faladas. Estas pistas de contextualização, em suma, nos ajudam identificar o tipo, ou gênero, do evento de fala que está ocorrendo. Se não reconhecemos as pistas de cada interlocutor, tendo assim entendimentos divergentes do evento, não captamos

os significados e as ações do outro, embora possamos estar perfeitamente familiarizados com o significado conotativo preciso do enunciado. Essas pistas de contextualização nos indexam aos entendimentos sociais intangíveis dos gêneros dos eventos de fala da mesma forma que as palavras como *agora* e *mais tarde*, *aqui* e *ali* nos indexam aos aspectos empíricos e físicos da situação da fala. Quando não compartilhamos pistas de contextualização, como é provável em situações transculturais, podemos falar sem entender um ao outro, situação que leva a mal-entendimentos, desacordos e estigmas ideologizados da conduta do outro. Quando temos um sentido compartilhado muito refinado de tipos sociais de eventos, podemos nos engajar em negociações complexas e ajustamentos estratégicos de definições de eventos em circunstâncias difíceis, como também apontou o sociólogo, Erving Goffman (1981).

Outros antropólogos estão olhando para a maneira em que certos gêneros sociais têm criado poder, negociando relações entre e dentro de grupos e criado um *habitus* naturalizado para relações políticas contínuas. William Hanks (1987), por exemplo, examinou os gêneros de documentos coloniais pelos quais a sociedade Maia foi trazida para o controle regularizado espanhol: cartas à corte, crônicas, e a demarcação de terras. As representações que o povo maya conseguiu criar para si dentro destes documentos determinados pelos espanhóis formaram a identidade oficial do povo maya, definindo suas relações com o governo espanhol. Através do tempo, estas representações oficiais estruturaram a ordem social naturalizada, um ambiente não-refletido para a vida diária. Aqui vemos o poder prático de gêneros particulares para expressar identidade e formar a base da vida diária, mesmo sob a direção estrangeira, e vemos a maneira em que gêneros são realizados e transformados para fornecer um local para a negociação e luta política e econômica.

Semelhantemente, Alessandro Duranti (1984) investigou em detalhe como um gênero oratório tradicional samoano, conhecido como o *laugu*, opera em reuniões de conselho como uma performance ritual que representa solidariedade, como uma performance individual que demonstra o mérito individual e estabelece a credibilidade política, como asserções locais de interesse em situações judiciais e deliberativas, e como instrumentos de alinhamento político. Em ocasiões rituais, tais como casamentos e festivais, o discurso é dado na sua forma mais tradicional, e aqueles que podem desempenhá-lo mais eloquentemente estabelecem suas posições de liderança, e exercem o direito de sentar, literalmente, mais perto do centro do poder nas reuniões do conselho e desta forma ter mais voz nas considerações do conselho. Nas ocasiões judiciais e deliberativas, os discursos começam na forma de *laugu* tradicional, asseverando a solidariedade do grupo, mas

variam flexivelmente para permitir a apresentação da queixa ou da defesa ou, ainda de uma testemunha ao assunto judicial em curso, ou para apresentar argumentos em assuntos deliberativos. Além do mais, em todas as ocasiões, as maneiras em que o discurso é realizado permitem atos, eventos e pessoas serem representados como sendo mais meritório, em harmonia e subserviência à vontade dos deuses ou como tendo mais interesse pessoal e assim menos nobre. Duranti apresenta um retrato de um só gênero, o *laugu*, como sendo o centro retórico da construção e negociação comum, flexivelmente combinando os gêneros retóricos clássicos demonstrativo, jurídico e deliberativo que abertamente proclamam uma harmonia social não-problemática, enquanto avançando às escuras os interesses particulares dentro da luta social.

O folclorista, Richard Bauman (1986), ao estudar a arte dos gêneros folclóricos americanos, tais como os contos de "troca de cães", contos de travessuras e anedotas, aponta para as específicas habilidades lingüísticas e performáticas que criam o evento narrativo e reconstruem o evento narrado.<sup>5</sup> Este trabalho sinaliza como a textura da experiência vivida e lembrada é formada por performances focalizadas nos gêneros ao usar habilidades específicas do gênero.\* Charles Briggs e Bauman (1992), num ensaio recente que revisa o trabalho antropológico sobre gênero, estenderam a idéia de performances virtuosísticas, organizando eventos vividos e lembrados para examinar como os realizadores podem valer-se das reverberações intertextuais de gênero para reverberar com os sentidos da ordem, das emoções e da continuidade tradicionais, ou colocar a performance em relação irônica, cômica ou crítica com as representações culturais tradicionais.

Talvez, mais fundamentalmente, Hanks (em *Referential Practice* [Prática referencial]1990) tem considerado como os gêneros são parte do sistema dêitico pelo qual o povo maya cria seu sentido do aqui e agora, como eles identificam o espaço de qual participam, e assim o sentido do universo em que eles estão se movendo em um dado momento. As práticas lingüísticas, genericamente organizadas, através das quais as pessoas apontam para ou dependem de traços de tempo, espaço, pessoas, ou seus próprios corpos, continuamente constroem o que é discursivamente saliente e, assim, o que forma o contexto relevante para enunciados. Seu estudo detalhado e concreto da construção social de tempo e espaço vividos entre os maya dá uma interpretação realista do conceito sociológico bourdieusiano de *habitus* (aquelas disposições ou hábitos que nós levamos conosco, que nos orientam em situações e que fornecem a base de nossas avaliações sociais)

<sup>5</sup> Para outros trabalhos sobre gêneros folclóricos, veja Bem-Amos (1976).

\* N.T. No original usa os termos *genre-focused performances* e *genre-specific skills*.

e do conceito novelístico bahktimiano de cronotipo (o tempo-espaço em que percebemos eventos representados em textos e, por extensão, experimentado em nossas vidas).

Os sociólogos também estão procurando saber como regularidades reconhecíveis de discurso e encontros sociais (isto é, como percebemos fala e eventos como sendo realizados em gêneros tipificados) não somente fornecem uma orientação a situações, mas permitem a realização dos elementos básicos da ordem social, com o resultado que a estrutura social pode ser vista como concretamente realizada em micro-eventos criados por agentes individuais. Gênero assim se torna um meio de ligar a macro-sociologia de papéis, normas e classes a mais recente micro-sociologia, que ao olhar os detalhes de interações concretas tem sido céptico com respeito às macro-categorias tradicionais que não são facilmente identificadas no nível de encontros únicos entre indivíduos. Gênero fornece um meio para que os indivíduos possam orientar-se e realizar situações de modo reconhecível com conseqüências reconhecíveis e assim estabelecer um mecanismo concreto para teorias estruturais, as quais sugerem que a estrutura social é refeita constantemente em cada interação que restabelece as relações ordenadas (Giddens 1984). Luhmann (1989) sugere ainda que a sociedade existe nas comunicações que ocorrem entre indivíduos e não na agregação de indivíduos que sempre agem como agentes individuais. Desta forma, sugere que a estrutura social é encontrada na estruturação das comunicações que, por sua vez, estrutura as relações sociais.

Teorias estruturais decorrem da idéia de Schutz sobre a tipificação social na produção da vida diária. Um dos alunos de Schutz, Thomas Luckmann (1992), fez, especificamente, a conexão entre gênero e a construção da vida diária:

A função elementar dos gêneros comunicativos na vida social é de organizar, rotinizar e condicionar (em maior ou menor grau) as soluções para problemas comunicativos recorrentes. Os problemas comunicativos para os quais tais soluções são estabelecidas socialmente e depositadas no estoque social do conhecimento tendem a ser aqueles que afetam os aspectos comunicativos das interações sociais que são importantes para a manutenção de uma dada ordem social... Desta forma, sociedades diferentes não têm o mesmo repertório de gêneros comunicativos, e os gêneros comunicativos de uma época podem se dissolver em processos comunicativos mais "espontâneos", enquanto outros gêneros até então pouco definidos podem se congelar em novos gêneros.

Em geral pode-se dizer que, em um dado tempo, em uma sociedade particular o repertório de gêneros comunicativos constitui o “centro” das dimensões comunicativas da vida social.

Susanne Guenther e Hubert Knoblauch (1994) refinam ainda mais a idéia de repertório de gêneros comunicativos para um orçamento comunicativo que não somente atende à variação entre gêneros disponíveis, mas também como estes gêneros estão socialmente distribuídos (de acordo com características tais como governo, casta ou ofício; de acordo com o domínio institucional como gênero ou religião; e de acordo com os agrupamentos heterogêneos tais como família e grupos de lazer). O orçamento comunicativo, então, dá uma forma concreta à noção mais geral bourdieusiana de um campo lingüístico, especificando os tipos de atos lingüísticos disponíveis aos vários participantes e, desta maneira, modelando seus papéis e formas de interação.

Berger e Luckmann (1966), em *The Social Construction of Reality* [A construção social da realidade] foram os primeiros a levantar a questão de como desenvolvemos explicações de nossas vidas que, por sua vez, influenciam nossa percepção do e nossa participação no desenrolar dos eventos. Luckmann (1992), em colaboração com Bergmann, têm estudado nossas práticas de formar as explicações de vida, ao examinar o que ele chama de gêneros re-constitutivos, pelos quais os indivíduos criam memórias públicas de eventos que têm supostamente ocorrido anteriormente. A fofoca e a narrativa são gêneros re-constitutivos e é possível notar alguma relação com as narrativas literárias ficcionais. Bergmann (1993) explorou os gêneros de fofoca profundamente no seu livro *Discreet Indiscretions* [Indiscrições discretas], no qual ele nota que a fofoca é cheia de ambivalências, negações e meios de lidar com suas violações perigosas do público e privado, o discreto e o indiscreto, o tabu e o invejado, o íntimo e o condenatório e outras fronteiras sociais. Ao fazer isso, a fofoca cria um lugar sócio-discursivo especial e reconhecível, um *habitus*, onde a fofoca ocorre e no qual os parceiros da fofoca têm que entrar, ao mesmo tempo em que a pessoa alvo da fofoca (sobre quem se fofoca) tem que ser excluída. Ao fazer isso, a fofoca cria um tipo especializado de interação com seus prazeres especializados. Mesmo assim, a criação deste desvio das normas sociais comuns reafirma o compromisso do falante com a moralidade cotidiana com que a fofoca brinca tão cuidadosamente. Além do mais, ela cria explicações que avaliam o comportamento cotidiano, comportamento pelo qual os fofocueiros assim se responsabilizam. Aqui nós vemos a importância dos gêneros para a formação de atitudes e comportamento tanto dentro de

um dado gênero quanto outros gêneros que podem estar sob inspeção. Também vemos concretamente as dificuldades do discurso moral e avaliativo e os mecanismos pelos quais ele pode ter força em outras circunstâncias. E vemos, finalmente, como as relações e grupos sociais são construídos da narração moral da vida diária. Estas considerações são questões de considerável interesse para a prática da literatura.

A análise da conversação, um outro modo de investigação micro-sociológica, ao tentar dar um embasamento empírico preciso às observações sociológicas, tende a deixar de lado quaisquer abstrações sobre contexto, evento ou organização que os indivíduos possam trazer para as situações. Estes analistas têm prestado atenção aos mínimos detalhes que possam indicar um tipo de sintaxe da interação, com mais atenção dada à maneira como a troca de turno é negociada. Contudo, ao examinar como as pessoas conseguem manter a palavra para turnos mais longos, Schegloff (1994) considera unidades de turno reconhecíveis maiores — que são algo parecido aos gêneros reconhecíveis. Se alguém está contando uma piada, sabemos que devíamos deixá-lo continuar até o desfecho da piada.

## GÊNERO NA LINGÜÍSTICA E NA RETÓRICA

Na lingüística, as preocupações com a linguagem em uso e a análise do discurso têm renovado o interesse no gênero como meio de organizar os aspectos lingüísticos em relação à ação situada. Desta forma, temos estudos da maneira como elementos semânticos e sintáticos se agregam em diferentes gêneros e das maneiras em que a organização interna dos gêneros revela o processo lingüístico dos eventos numa série de movimentos tipificados que são descritíveis em termos formais e funcionais (Atkinson (1993), Bhatia (1993), Biber (1988), Devitt (1991), Galindo (1994), Halliday (1989), Halliday e Martin (1993), Hasan (1985), Kress (1993), Martin (1992), Swales (1990, 1993). Pare e Smart (1994) examinaram a relação entre gêneros, sua função e as situações organizacionais e profissionais que criam funções, recursos e restrições. Devitt (1991) demonstrou os modos em que gêneros particulares mantêm relações intertextuais altamente padronizadas com documentos relacionados; por exemplo, as cartas de conselhos do *tax accountant* para os clientes e os questionamentos de imposto dirigidos ao *Internal Revenue Service*\* têm fortes ligações intertextuais com o código de impostos, mas para cada um as ligações são diferentes, são usadas para

\*N.T. *Tax accountant* é um contador especializado em impostos; *Internal Revenue Service* é equivalente à Secretaria da Receita Federal

propósitos diferentes e são apresentadas de maneiras diferentes. A autora ainda mostrou como uma série de gêneros relacionados constitui o mundo discursivo regular, ou o que ela chama o conjunto de gêneros, de uma profissão, e dentro daquela profissão, a coleção das instâncias específicas do gênero constitui um arquivo que é a totalidade da representação de um caso dentro do discurso profissional. Kress (1993) e Fairclough (1992) têm investigado criticamente as ideologias ligadas aos vários gêneros públicos. As implicações educacionais do uso de categorias linguísticas para ensinar explicitamente gêneros nas escolas de primeiro e segundo graus têm se tornado um tópico principal de uma controvérsia na Austrália (Cope e Kalantzis 1993; Freedman 1987; Freedman 1990; Freedman e Medway 1994, 1995; Richardson 1994).

Na retórica, como nos estudos literários, gênero tem uma longa história, baseada em vários gêneros para os quais a retórica forneceu conselhos práticos: jurídico, deliberativo, demonstrativo, sermão, carta, escrita, ensaio acadêmico, comunicação comercial e técnica. Desde 1965, a crítica retórica desenvolveu um renovado interesse em gênero baseado no programa de Edwin Black (1965) para examinar o gênero como componente da construção retórica da sociedade (Veja também Miller 1984); a atenção tem focalizado particularmente os gêneros políticos (veja Campbell e Jamieson 1990; Jamieson 1981; Lucas 1986; Simons e Aghazarian 1986).

Para os retóricos preocupados com o ensino da escrita, gênero tem sido uma maneira de lidar com as características particulares da escrita situada — uma maneira de ir além do processo e as particularidades da etnografia para atender à forma como é realmente percebido e utilizado em situações comunicativas, em vez de como é idealizado em abstrações sobre o que é correto e sobre os modos de organização de parágrafos. Gênero tem sido particularmente útil para compreender as práticas discursivas acadêmicas e profissionais, onde enunciados altamente individuais e estratégicos são produzidos em formas bastante distintas e reconhecíveis — formas que têm histórias conscientes extensivas e para as quais escritores novos em um domínio precisam dedicar algum tempo para aprendê-las, independente das habilidades de escrita que o escritor traz consigo de outros domínios. Bazerman (1988), ao examinar o desenvolvimento histórico do artigo experimental, tem observado como os traços de um gênero evoluíram para levar a cabo argumentos dentro de contextos variantes de prática empírica e fóruns de comunicação. O surgimento de gênero está intrinsecamente ligado às mudanças nas relações e nos papéis profissionais, às mudanças institucionais, ao surgimento de normas profissionais e identidades profissionais, à ideologia, à epistemologia, à ontologia e à psicologia. O gênero artigo experimental muda na medida em que se

movimenta entre épocas, localidades e especialidades, cada um com pres-suposições, dinâmicas e necessidades diferentes, bem como diferentes práticas materiais representadas nos dados e na narrativa. Conflitos de papéis contínuos, tensões nos projetos profissionais e a dialética entre *agonismo* e cooperação também influenciam o gênero e as formas relacionadas de prática profissional. O gênero uma vez estabelecido torna-se um ambiente estruturado para a escrita e a leitura que por sua vez exerce influência sobre outros aspectos do trabalho profissional. Além disso, Bazerman descobriu que os procedimentos tipificados para a representação da intertextualidade relacionada à organização social de vários campos e às práticas de citação é um local para a codificação do trabalho de um campo. Os gêneros de pesquisa têm sido mais dramaticamente influenciados por indivíduos particulares (tais como Oldenburg, Issac Newton, Joseph Priestley e Adam Smith), mas estão constantemente sendo reformulados por cada escritor individual, trabalhando dentro do seu entendimento do gênero, sua profissão e seu projeto. Bazerman (1994) também tem argumentado sobre a maneira em que gênero permite a atribuição de atos de fala unificados aos textos e facilita a estruturação das interações dentro de sistemas de gênero. Mais recentemente, num estudo sobre Thomas Edison, ele considerou as maneiras em que certas realizações mundanas (i.e., o desenvolvimento da tecnologia da luz incandescente) requerem uma representação bem sucedida em um número de diferentes campos discursivos estruturados em gêneros (como o direito de patentes, as finanças, a imprensa popular, e a literatura técnica) para poderem estabelecer significados e valores em cada um. Além disso, ele nota que os sistemas discursivos interagem de modos específicos e que os significados e valores estabelecidos em um sistema podem traduzir significados e valores específicos presentes em um outro gênero.

Berkenkotter e Huckin (1995) examinaram a socialização de um aluno de pós-graduação no gênero de pesquisa em um campo, o papel do valor das notícias na forma de artigos e resumos e a maneira como um pesquisador biólogo usa o sistema de avaliação entre pares para desenvolver uma explicação do valor de ser notícias com relação à literatura do campo. Blakeslee (1992) estudou o desenvolvimento de um gênero de artigo científico curto e de publicação rápida [*letter article*]. McCarthy (1991, 1994) examinou os processos que determinam as categorias da taxonomia psiquiátrica do DSM III e DSM IV e a relação deste documento titular com os gêneros derivados da prática psiquiátrica. Schryer (1993) estudou as metas e as práticas conflitantes dentro dos documentos médicos. Myers (1991) mostrou como funções semelhantes do gênero revisão da literatura podem ser realizadas em estilos individuais por distintos cientistas



proeminentes. Journet (1993) investigou como escritores científicos interdisciplinares trabalham com gêneros mistos. Estes e outros estudos já começaram a tornar evidente a vida complexa dos gêneros dentro das práticas profissionais e dentro do treinamento acadêmico.

Juntos estes estudos em diferentes áreas sugerem que a tipificação de discursos em vários tipos é um processo fundamental na formação do nosso sentido de onde estamos, o que estamos fazendo e como podemos fazê-lo. Gênero parece ser um mecanismo constitutivo na formação, manutenção e realização da sociedade, da cultura, da psicologia, da imaginação, da consciência, da personalidade e do conhecimento, interativo com todos os outros processos que formam nossas vidas.

Os gêneros literários são apenas uma parte do orçamento comunicativo maior de qualquer sociedade, um sistema particular de gêneros inter-relacionados em um dado lugar e tempo, ao lado de e interativos com os gêneros da política, da economia, da jurisprudência, das profissões, da educação, da religião, da vida doméstica e do lazer. Os gêneros da cultura literária fornecem alcances específicos de experiências e interações compartilhadas que desempenham funções particulares para o indivíduo e a sociedade. Os gêneros literários são pedaços da ordem sócio-cultural do tempo e lugar que estruturam as idéias, sentimentos, desejos, ironias, críticas e identidades entre aqueles que compartilham aqueles textos literários. Entender como esta estruturação do lugar cultural dá forma à experiência vivida de leitura de cada texto literário e entender como as práticas sociais distintas mediadas pelos textos literários se adaptam à complexidade da vida social e às atividades mediadas textualmente são dois dos desafios que esta nova visão de gênero oferece aos estudos literários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Atkinson, Dwight. 1993. *A Historical Discourse Analysis of Scientific Writing*. Ph.D. Dissertation. University of Southern California.
- Bakhtin, Mikhail. 1986. *Speech Genres & Other Late Essays*. Austin, University of Texas Press.
- \_\_\_\_\_. 1986. *The Dialogic Imagination*. Austin: University of Texas Press.
- Bauman, Richard. 1992. Contextualization, Tradition, and the Dialogue of Genres. In Alessandro Duranti and Charles Goodwin, eds. *Rethinking Context*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 77-99.
- \_\_\_\_\_. 1986. *Story, Performance, and Event*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Bazerman, Charles. 1994. Whose Moment?: The Kairotics of Intersubjectivity. *Constructing Experience*. Carbondale, Southern Illinois University Press, pp.171-193.
- \_\_\_\_\_. 1994. Systems of Genre and the Enactment of Social Intentions. In A. Freedman and P. Medway, eds. *Rethinking Genre*. London, Taylor & Francis, pp. 79-101.
- \_\_\_\_\_. 1988. *Shaping Written Knowledge: The Genre and Activity of the Experimental Articles in Science*. Madison, University of Wisconsin Press.
- Bazerman, Charles and James Paradis. 1991. *Textual Dynamics of the Professions*. Madison, University of Wisconsin Press.
- Beebe, Thomas O. 1994. *The Ideology of Genre: A Comparative Study of Generic Instability*. University Park, Pennsylvania State University Press.
- Ben-Amos, Dan, ed. 1976. *Folklore Genres*. Austin, University of Texas Press.
- Berger, Peter and T. Luckmann. 1966. *The Social Construction of Reality*. New York, Doubleday.
- Bergmann, Joerg R. 1993. *Discreet Indiscretions: The Social Organization of Gossip*. New York, Aldine de Gruyter.
- Bergmann, Joerg R. and Thomas Luckmann. 1994. Reconstructive Genres of Everyday Communication. In Uta Quasthoff, ed. *Aspects of Oral Communication*. Breiling, DeGruyter
- Berkenkotter, Carol and Tom Huckin. 1995. *Genre Knowledge in Disciplinary Communication*. Hillsdale, NJ, Erlbaum.
- Bhatia, Vijay. 1993. *Analysing Genre: Language Use in Professional Settings*. London, Longman.
- Biber, Douglas. 1988. *Variation Across Speech and Writing*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Birch, Cyril, ed. 1974. *Studies in Chinese Literary Genres*. Berkeley, University of California Press.
- Black, Edwin. 1965. *Rhetorical Criticism: A Study in Method*. New York, Macmillan Co.
- Blakeslee, Ann. 1992. *Inventing Scientific Discourse*. Ph.D. Dissertation. Carnegie Mellon University.
- Bourdieu, Pierre. 1993. *The Field of Cultural Production*. New York: Columbia University Press.
- \_\_\_\_\_. 1991. *Language & Symbolic Power*. Cambridge: Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_. 1991. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Harvard University Press.

- Briggs, Charles L. and R. Bauman. 1992. Genre, Intertextuality and Social Power. *Journal of Linguistic Anthropology* 2:131-172.
- Campbell, Karlyn Kohrs and Kathleen Hall Jamieson. 1990. *Deeds Done in Words*. Chicago, University of Chicago Press.
- Campbell, Karlyn Kohrs and Kathleen Hall Jamieson, eds. 1981. *Form and Genre: Shaping Rhetorical Action*. Falls Church, VA, Speech Communication Association.
- Cohen, Ralph. 1987. Do Postmodern Genres Exist? *Genre* 20: 241-257.
- . 1986. History and Genre. *New Literary History* 17: 203-218.
- Colie, Rosalie. 1973. *The Resources of Kind: Genre-Theory in the Renaissance*. Berkeley, University of California Press.
- Cope, Bill and Mary Kalantzis. 1993. *The Powers of Literacy: A Genre Approach to Teaching Writing*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- Derrida, Jacques. 1980. The Law of Genre. *Critical Inquiry* 7: 55-81.
- Devitt, Amy. 1993. Generalizing about Genre. *College Composition and Communication* 44:573-586.
- . 1991. Intertextuality in Tax Accounting: Generic, Referential, and Functional. In Charles Bazerman and James Paradis, eds. *Textual Dynamics of the Professions*. Madison, University of Wisconsin Press, pp. 336-380.
- . 1989. *Standardizing Written English*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dubrow, Heather. 1982. *Genre*. London, Methuen.
- Duranti, Alessandro. "Laugo and Talanoago: Two Speech Genres in a Samoan Political Event." *Dangerous Words: Language and Politics in the Pacific*. Eds. Donald Brenneis and Fred Myers. New York: NYU Press, 1984: 217-242.
- . 1994. *From Grammar to Politics*. Berkeley, University of California Press.
- Duranti, Alessandro and Charles Goodwin, eds. 1992. *Rethinking Context: Language as an Interactive Phenomenon*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Fairclough, Norman. 1992. *Discourse and Social Change*. London, Polity Press.
- Fowler, Alistair. 1982. *Kinds of Literature*. Oxford, Oxford University Press.
- Freedman, Aviva. 1993. Show and Tell? The Role of Explicit Teaching in the Learning of New Genres. *Research in the Teaching of English* 27(3):5-35.
- . 1990. Reconceiving genre. *Texte* 8/9:279-292.

- . 1987. Anyone for tennis? In I. Reid, ed. *The Place of Genre in Learning*. Geelong, Australia, Deakin University, pp. 9-124.
- Freedman, A., C. Adam, & G. Smart. 1994. Wearing suits to class: Simulating genres and simulations as genre. *Written Communication* 11:193-226.
- Freedman, Aviva and Peter Medway. 1995. *Genre in the New Rhetoric*. London, Taylor & Francis.
- Freedman, Aviva and Peter Medway. 1994. *Learning and Teaching Genre*. Portsmouth, NH, Heinemann.
- Galindo, Rene. "Amish Newsletters in *The Budget*": A Genre Study of Written Communication." *Language in Society* 23 (1994): 77-105.
- Geertz, Clifford. 1983. Blurred Genres: The Refiguration of Social Thought. In *Local Knowledge*. New York, Basic Books, pp. 19-35.
- Giddens, Anthony. 1984. *The Constitution of Society*. Berkeley, University of California Press.
- Goffman, Erving. 1981. Footing. In *Forms of Talk*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 124-159.
- . 1974. *Frame Analysis*. New York, Harper and Row.
- Goldman, Merle. 1977. *Modern Chinese Literature in the May Fourth Era*. Cambridge, Harvard University Press.
- Guenther, Susanne and Huber Knoblauch. 1994. The Analysis of Communicative Genres—linking detailed sequential analyses of verbal activities with cultural speaking practices and communicative norms. (manuscrito inédito)
- Gumperz, John. 1995. The Linguistic and Cultural Relativity of Conversational Inference. In J. Gumperz and S. Levinson, eds. *Rethinking Relativism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- . 1992. Contextualization and Understanding. In A. Duranti and C. Goodwin, eds. *Rethinking Context*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Halliday, Michael. 1989. *Spoken and Written English*. Oxford, Oxford University Press.
- Halliday, Michael and James Martin. 1993. *Writing Science*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- Hanks, William F. 1990. *Referential Practice*. Chicago, University of Chicago Press.
- . 1987. Discourse Genres in a Theory of Praxis. *American Ethnologist* 14:668-692.
- Hasan, Ruqaiya. 1985. The Structure of Text. In M. Halliday and R. Hasan, eds. *Language, Context, and Text*. Geelong, Deakin University Press, pp. 52-69.

- Hernadi, Paul. 1972. *Beyond Genre*. Ithaca, Cornell University Press.
- Jameson, Fredric. 1981. *The Political Unconscious: Narrative as Socially Symbolic Act*. Ithaca, Cornell University Press.
- Journet, Debra. 1993. Interdisciplinary Discourse and 'Boundary Rhetoric': The Case of S.E. Jelliffe. *Written Communication* 10:510-541.
- Kress, Gunther. 1993. Genre as Social Process. In B. Cope and M. Kalantzis, eds. *The Powers of Literacy: A Genre Approach to Teaching Writing*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, pp. 22-37.
- Kress, Gunther and Terry Threadgold. 1988. Towards a Social Theory of Genre. *Southern Review* 21:215-243.
- Lewalski, Barbara, ed. 1986. *Renaissance Genres: Essays on Theory, History, and Interpretation*. Cambridge, Harvard University Press.
- Lucas, Stephen. 1986. Genre Criticism and Historical Context: The Case of George Washington's First Inaugural Address. *Southern Speech Communication Journal* 51.
- Luckmann, Thomas. 1992. On the Communicative Adjustment of Perspectives, Dialogue and Communicative Genres. In Astri Heen Wold, ed. *The Dialogical Alternative*. Oslo, Scandinavian University Press.
- Luhmann, Niklas. 1989. *Ecological Communication*. Chicago, University of Chicago Press.
- Luhmann, Niklas. 1983. *The Differentiation of Society*. New York, Columbia University Press.
- Martin, James R. 1992. *English Text: System and Structure*. Philadelphia, John Benjamins.
- McCarthy, Lucille. 1994. Revising Psychiatry's Charter Document: DSM-IV. *Written Communication* 11:147-192.
- \_\_\_\_\_. 1991. A Psychiatrist Using DSM III: The Influence of a Charter Document in Psychiatry. In C. Bazerman and J. Paradis, eds. *Textual Dynamics of the Professions*. Madison, University of Wisconsin Press, pp. 358-380.
- Miller, Carolyn. 1984. Genre as Social Action. *Quarterly Journal of Speech* 70:151-167.
- Myers, Greg. 1991. *Writing Biology*. Madison, University of Wisconsin Press.
- Pare, Anthony and Graham Smart. 1994. Observing Genres in Action: Towards a Research Methodology. In A. Freedman and P. Medway, eds. *Genre and the New Rhetoric*. London, Taylor & Francis, pp. 146-154.
- Richardson, Paul. 1994. Language as Personal Resource and as Social Construct: Competing Views of Literacy Pedagogy in Australia. In A. Freedman and P. Medway, eds. *Learning and Teaching Genre*. Portsmouth, NH, Boynton/Cook, pp. 117-142.
- Schegloff, Emanuel. 1994. Turn Organization: One Intersection of Grammar and Interaction. (manuscript inédito)
- Schryer, Catherine. 1993. Records as Genre. *Written Communication* 10:200-234.
- Schutz, Alfred and Thomas Luckmann. 1973. *The Structures of the Life-World*. Evanston, Northwestern University Press.
- Simons, Herbert and Aram Aghazarian, eds. 1986. *Form, Genre, and the Study of Political Discourse*. University of South Carolina Press.
- Smart, Graham. 1993. Genre as Community Invention. In R. Spilka, ed., *Writing in the Workplace*. Carbondale, Southern Illinois University Press.
- Strelka., Joseph P. 1978. *Theories of Literary Genre*. University Park, Pennsylvania State University Press,
- Swales, John. 1990. *Genre Analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Swales, John. 1993. Genre and Engagement. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire* 71:687-698.
- Thomas, W.I. 1928. *The Child in America*. New York, Knopf.
- Todorov, Tzvetan. 1990. *Genres in Discourse*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Yates, Joanne. 1988. *Control Through Communication*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Yates, Joanne and Wanda Orlikowski. 1992. Genres of Organizational Communication: A Structural Approach. *Academy of Management Review* 17:299-326.